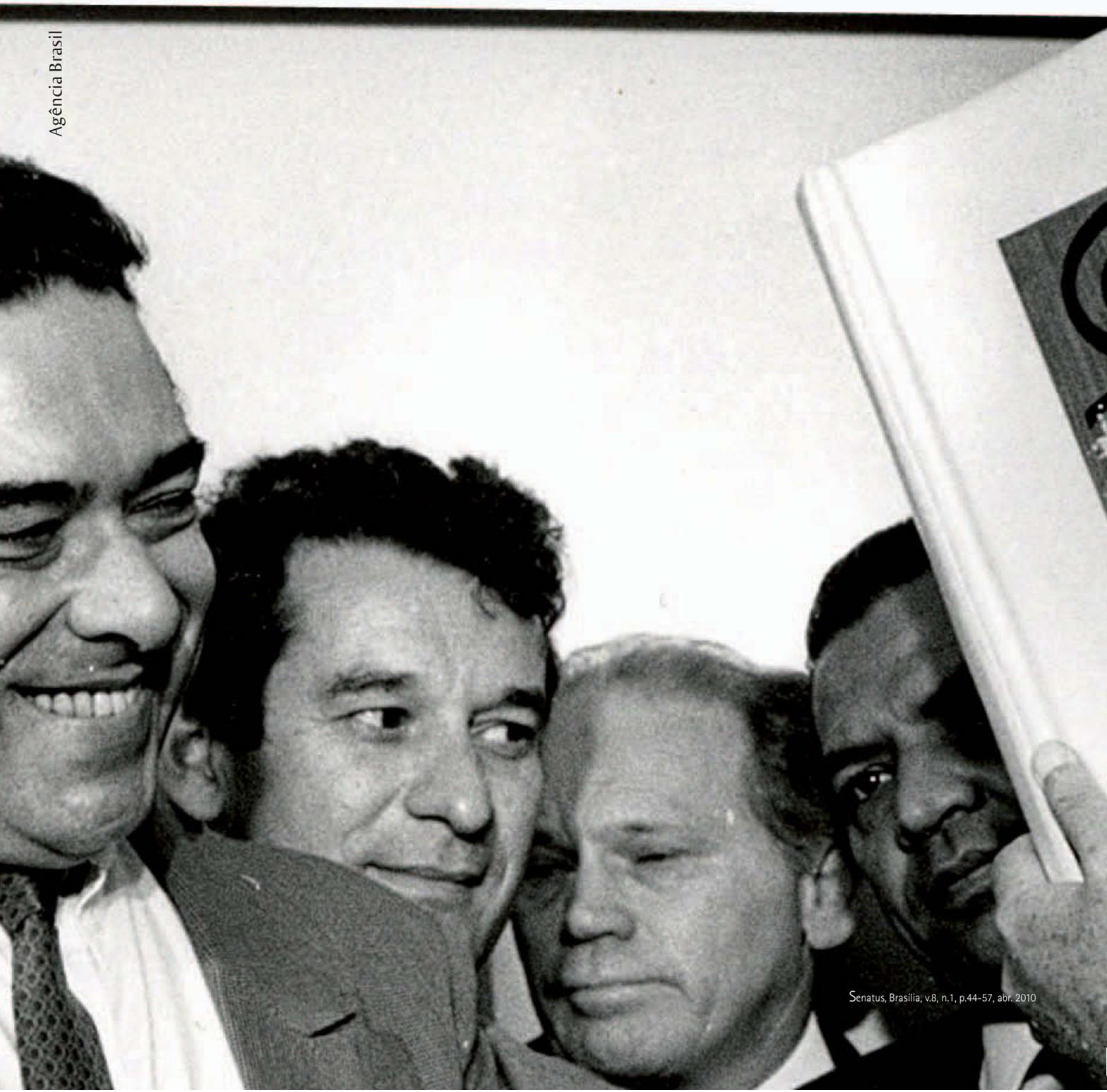


Antonio J. Barbosa

# O Senado em Brasília:

*uma história de cinco décadas*

Agência Brasil



A decisão política de transferir a sede do governo para o interior do País integra o contexto de profunda transformação que muda a face do Brasil a partir da Era Vargas (1930-1945) e no pós Segunda Guerra Mundial. Independentemente do juízo de valor que se faça a respeito da dispendiosa construção de uma cidade no enorme vazio do Planalto Central, o certo é que a nova Capital foi decisiva para desvelar, aos olhos dos brasileiros do litoral e das regiões Sul e Sudeste, um Brasil até então praticamente desconhecido.

Nesse sentido, Brasília também simboliza a incorporação do Norte e do Centro-Oeste ao moderno processo de desenvolvimento nacional.

A expressão “um país em movimento”, usada para definir a experiência vivida pelo Brasil na segunda metade do século passado, diz bem das profundas, rápidas e diversificadas mudanças ocorridas no País naqueles anos. A imagem de uma economia essencialmente agrária – em larga medida assentada na monocultura exportadora e em arcaicos padrões de produção e de organização social – era substituída pela crescente industrialização. A sociedade, historicamente vinculada ao universo rural, urbanizava-se com impressionante rapidez. A grande expansão da matrícula nas escolas também apontava para uma nova realidade que, certamente, contribuiria para promover alterações no próprio cenário político.



O Senado, que a recém-inaugurada Brasília acolhe no imponente Palácio do Congresso Nacional, cuja arrojada arquitetura logo se transformou num dos mais conhecidos símbolos da cidade modernista, é regido pela Constituição de 1946. Assim, ele recuperava o sentido original de instância legislativa máxima de representação do federalismo brasileiro que a primeira Carta republicana – a de 1891 – lhe conferira, sob inspiração do modelo norte-americano. Por essa razão, teria número fixo de representantes (três por estado e pelo Distrito Federal), eleitos pelo princípio majoritário para cumprir um mandato de oito anos, exatamente o dobro do que caberia aos deputados federais. Para que não pairasse dúvida acerca da absoluta igualdade entre as unidades da Federação, o Senado seria presidido pelo Vice-Presidente da República. Câmara Alta por excelência, atuava como autêntica Casa revisora, com o início do processo legislativo praticamente monopolizado pela Câmara dos Deputados.

### O difícil começo

O batismo de fogo do Senado em Brasília deu-se depois de pouco mais de um ano da transferência da Capital. Empossado na Presidência da República em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros renuncia a 25 de agosto, em clara tentativa golpista. O Senado, de maioria pessedista desde 1946 – PSD que estreava na oposição –, outra coisa não faz senão tomar ciência da decisão e, ante a ausência do Vice-Presidente João Goulart, em viagem oficial à longínqua República Popular da China, empossa o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, na chefia do governo.

Os dias que se seguiram foram de intensa crise política, que por pouco não leva a Nação à guerra civil. Em um contexto de crescente radicalização ideológica, com a Revolução Cubana trazendo os ventos da Guerra

Fria para o continente americano, os três ministros militares, certamente falando em nome de amplos setores da direita brasileira, vetaram a posse de Goulart. Ante a óbvia demonstração golpista, reagiram as forças legalistas, tendo à frente o governador gaúcho Leonel Brizola.

A solução para o impasse veio, como de hábito, do Congresso Nacional. Visto por muitos como uma espécie de “golpe branco”, o parlamentarismo foi adotado como forma conciliatória e claramente provisória. Um dos principais artífices dessa saída foi o deputado pessedista mineiro Tancredo Neves, não por acaso escolhido para ser o primeiro presidente do Conselho de Ministros. A opção parlamentarista, em uma República presidencialista por excelência, não seria aceita por muito tempo. Passado o risco imediato de uma indesejável conflagração, as principais lideranças políticas do País, de Goulart a JK, de Lacerda a Magalhães Pinto, contra ela se voltaram. Antecipado, o plebiscito, em janeiro de 1963, decidiu, por esmagadora maioria, pela volta do presidencialismo.

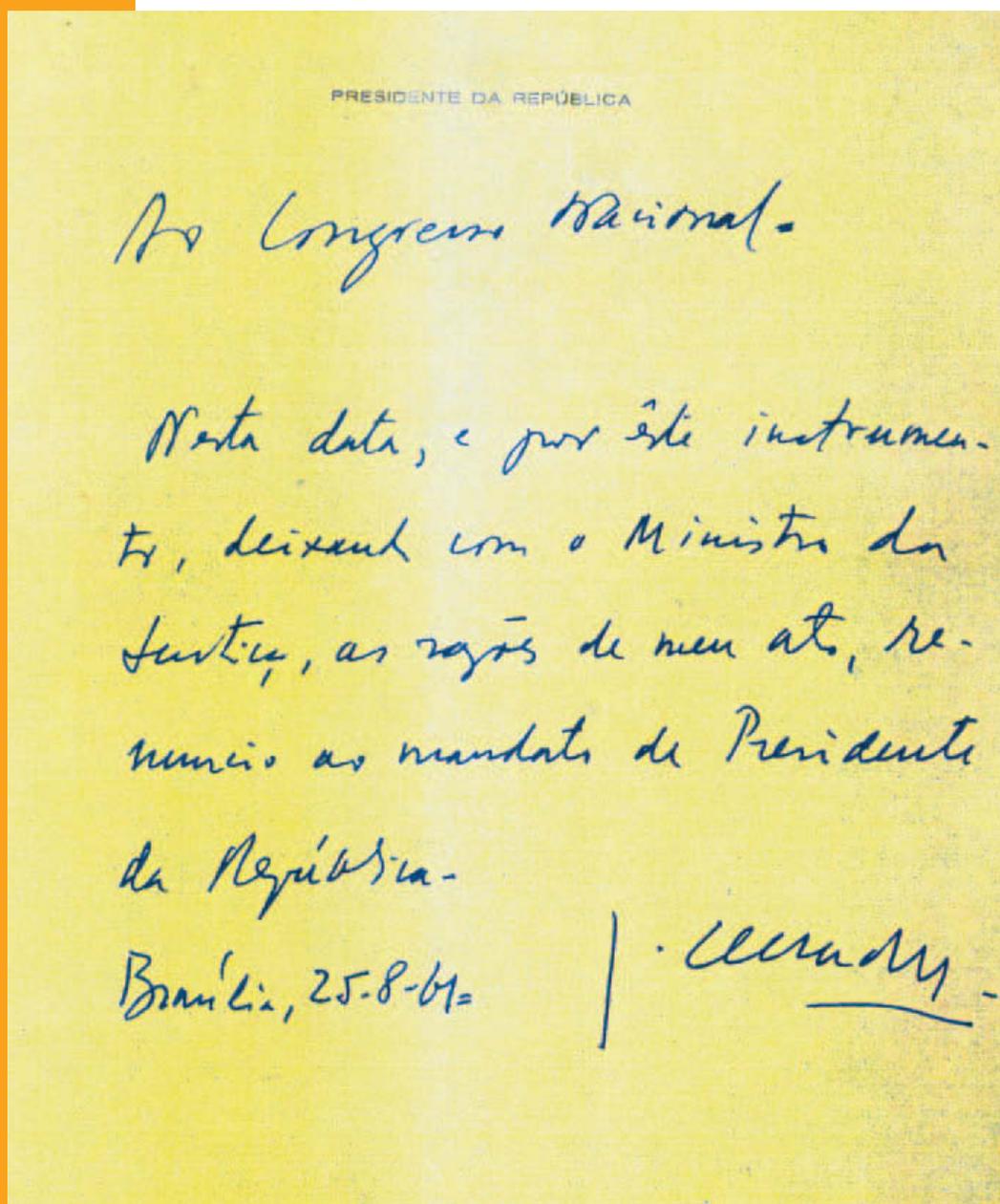
A partir das eleições legislativas de 1962, realizadas em meio a acentuada polarização ideológica, com candidatos direitistas recebendo generosos financiamentos para suas campanhas, muitos dos quais de origem norte-americana, o governo Goulart foi a crônica de uma morte anunciada. Assim, à medida que o Presidente se esforçava por implantar suas “reformas de base” e por angariar apoio popular, a oposição reagia e, no Congresso Nacional, UDN e PSD cada vez mais se identificavam na luta contra o “esquerdismo”.

No Senado, figuras como a do presidente Auro de Moura Andrade ganham extraordinária relevância. Da mesma forma que agiu para que o PSD divulgasse nota expressando sua preocupação com o quadro de crise profunda vivido pelo País (outubro de 1963), ele assumiu a iniciativa de convocar extraordinariamente o Congresso (anunciada em novembro), eliminando-se o recesso de final de ano, como forma de se precaver contra eventual golpe de Jango contra as instituições.





O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, é empossado na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros.



Carta de renúncia de Jânio Quadros

## A NAÇÃO

do janguismo e do betzolismo, bem como a evolução do PTB para a candidatura Juscelino Kubitschek.

**A questão militar** — A linguagem usada pelos oradores reabriu a questão crucial do papel das Forças Armadas, tal como ele é definido pela Constituição: defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, "da lei e da ordem". As Forças Armadas deram cobertura, involuntária, não só à pressão reformista sobre o Congresso, como aos ataques virulentos proferidos contra um dos "poderes constitucionais".

Esse papel revela que no comando supremo das Forças Armadas só haveria, no momento, adeptos do ovinismo, e nenhuma reação dos institucionalistas, aqueles que distribuem sua lealdade pelos três poderes, negando-se a seguir a política ovinista de lealdade prioritária ao Presidente da República.

Este, em recente discurso militar, defendeu uma nova teoria e deixou claro o seu modo de pensar favorável à participação militar na política de estatização da economia progressiva.

**Cisões perigosas** — Nota-se que a reação democrática a essa evolução está enfraquecida pela perplexidade. O quadro militar é nebuloso e dividido, com a presença de forte corrente de esquerda em diversos comandos fundamentais.

Divisão, talvez, mais expressiva é a da Igreja diante dos rumos do reformismo.

Quando as duas instituições sociais mais sólidas e estáveis, baseadas na hierarquia e na disciplina, apresentam cisões — de que o conflito católico de Belo Horizonte é um sintoma alarmante —, teme-se que uma reação democrática não possa contar integralmente com apoios fundamentais. Terá de apoiar-se no próprio jogo político. Principalmente, no entender dos observadores, terá de contar com a capacidade de mobilização que revelarem os candidatos à Presidência da República.

**A hora dos candidatos** — A política presidencial revela, no comício seu caráter antieleitoral. Ali, o pleito de 1964 nem sequer foi mencionado. Ao contrário, a ênfase sobre as reformas constitucionais e o destaque dado ao plebiscito jogaram para longe as figuras eleitorais e as próximas eleições. As afirmações relativas à elegibilidade de todos os brasileiros estavam muito mais vinculadas à idéia geral da reforma constitucional ou da eleição de uma Constituinte do que à idéia de consolidar o processo eleitoral vigente pelo seu aperfeiçoamento.

Diante do reformismo antieleitoral e plebiscitário, os candidatos estão seriamente ameaçados. Aquilo que se temia, a superposição de dois processos políticos, o plebiscitário e o eleitoral, poderá ameaçar o segundo processo.

## 120 mil na praça

Rio — Segundo cálculos da imprensa carioca, 120 mil pessoas assistiram na sexta-feira passada ao comício em favor das reformas de base, realizado no Rio com a presença do Presidente João Goulart. Delegações provenientes de vários Estados afluíram ao Rio para participar da manifestação, que durou quatro horas e foi realizada diante da estação da Central do Brasil.

No palanque montado pelo Exército — que destacou cerca de 3 mil soldados para o policiamento —, encontravam-se os membros do Ministério, parlamentares, líderes sindicais, os governadores Miguel Arraes, Seixas Dória e Badger Silveira.

Só ocorreu um incidente durante a manifestação, quando os archotes, empunhados por trabalhadores da Petrobrás, puseram fogo em faixas carregadas pela multidão. A correria provocada pelas chamas causou ferimentos leves em 100 pessoas e a morte da Professora Edéa Pinheiro Gomes, que foi atirada ao chão e pisada.

O discurso mais longo — uma hora e cinco minutos — foi o do Presidente Goulart. Ele anunciou a assinatura de dois decretos, o da SUPRA e o da encampação das refinarias particulares, e a próxima assinatura de um terceiro, o do tabelamento dos aluguéis.

Defendeu longamente a necessidade das reformas de base no país, e assinou: "Não me animam — e é bom que a nação me ouça — quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão acima de tudo o povo brasileiro e os governos que me sucederem.

"O Governo reafirma seus propósitos de lutar não apenas pela reforma agrária, mas pela tributária, pela eleitoral ampla, pelo direito do voto ao analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros", concluiu Goulart.

Antes do Presidente Goulart, discursaram sobre o tema das reformas líderes sindicais e estudantis, os parlamentares Sérgio Magalhães, Artur Virgílio, Mário Lima, Hélio Ramos, Doutel de Andrade e Leonel Brizola, os governadores Miguel Arraes, Seixas Dória e Badger Silveira e o Vice-governador carioca, Elói Dutra.

Assinalou o Deputado Leonel Brizola, em seu discurso, já ter ouvido do Presidente Goulart o desejo de pôr à disposição do povo o seu cargo, "desde que seja eleita uma Constituinte com

o voto dos analfabetos, dos cabos e dos sargentos".

## Três, para começar

Rio — O Presidente João Goulart assinou no fim da semana passada três decretos: o de expropriação de terras, elaborado pela Superintendência da Política Agrária — SUPRA; o que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Petrobrás, todas as refinarias particulares de petróleo do país; e o que tabela o preço dos aluguéis de imóveis.

Com a assinatura do decreto de expropriação de terras elaborado pela SUPRA, não poderão mais ser apropriadas as propriedades de área superior



A esposa do Presidente ficou no palanque durante todo o tempo de seu discurso.

A imprensa da época acompanhou e noticiou o comício convocado por João Goulart no Rio de Janeiro (mar. 1964).

O clima político era francamente contrário à democracia. À esquerda e à direita, todos conspiravam contra ela. O cenário torna-se ainda mais pesado quando Jango convoca, para 13 de março de 1964, um grande comício a ser realizado no centro do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o Presidente age no sentido de afastar Moura Andrade da presidência do Senado. A reação do PSD foi drástica: rompe formalmente com Goulart (10 de março). Com o voto contrário do PTB, mas com o apoio de cerca de dois terços da Casa, Moura Andrade reelege-se presidente, em nítido desafio a Jango. O epílogo da crise se dá a 31 de março.

### Sob o autoritarismo

Formalmente, o golpe de Estado concretizou-se na segunda sessão conjunta do Congresso Nacional. Naquele 02 de abril de 1964, os parlamentares ouviram o presidente Moura Andrade declarar, entre aplausos e protestos, a vacância da Presidência da República e investir no cargo o deputado Ranieri Mazzilli. Detalhe: Goulart ainda estava em território brasileiro, no Rio Grande do Sul.

Atos Institucionais se sucedem e alteram vivamente o processo legislativo. Câmara e Senado passam a contar com prazo exíguo para a aprovação de propostas encaminhadas pelo Executivo, que assume atribuições antes pertencentes ao Legislativo. Por ato de força, extinguem-se os partidos políticos e surgiam

a Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Nas eleições para o Senado, em 1966, os arenistas obtiveram 57% dos votos.

Pode-se afirmar que as eleições de 1974, especialmente em relação ao Senado, transformaram-se no grande momento de inflexão do regime militar. A impressionante escalada eleitoral do MDB levou os detentores do poder, Geisel à frente, a conduzir, com rédeas curtas, o processo de distensão “lenta, gradual e segura”. Com aparentes contradições, em que medidas liberais eram seguidas de concessões à “linha dura” – os chamados “bolsões radicais, mas sinceros”, conforme definição do general Presidente –, a abertura seguia o compasso de “sístole e diástole”, como entendia Golbery do Couto e Silva.

Das 22 cadeiras em disputa para o Senado naquele ano, a oposição consentida conseguiu a façanha de conquistar 16, sem contar que um dos arenistas eleitos, o alagoano Teotônio Vilela, com sua vigorosa pregação pelas liberdades democráticas, acabou por se transferir para o MDB. Nomes pouco conhecidos nacionalmente chegam ao Senado e ajudam a escrever a nova história da Casa e do País. Seriam, entre outros, os casos de Itamar Franco (MG), Orestes Quércia (SP), Paulo Brossard (RS) e Marcos Freire (PE). A partir dessas eleições, o Senado tende a se constituir no grande palco do debate político brasileiro.



Chegada ao Congresso Nacional dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, eleitos Presidente e Vice-Presidente da República (1974).

## A crise do autoritarismo

As eleições de 1974 permitiram dupla interpretação. De um lado, explicitam a evidente tendência oposicionista do eleitorado, sobretudo o urbano. De outro, fazem emergir o claro sinal de perigo de desmoronamento do regime. Assim, as eleições de 1976 seriam realizadas sob nova legislação, particularmente em relação à propaganda (Lei Falcão), profundamente cerceadora.

O pior viria a seguir. Em fins de março de 1977, o Congresso decide rejeitar a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma do Poder Judiciário. A reação foi imediata: em menos de 48 horas, o Congresso Nacional entrava em recesso compulsório. Em abril, várias medidas são anunciadas pelo Governo Federal e, neste “Pacote”, constavam a suspensão temporária das atividades do Legislativo, a promulgação da Emenda da Reforma do Judiciário e, principalmente, a um só tempo, a ampliação do mandato presidencial, a transformação em indiretas das eleições estaduais e a escolha indireta de um terço do Senado (“biônicos”).

Em 1979, veio a reforma partidária. Sob a liderança de dois tradicionais adversários políticos de Minas Gerais, que também se destacariam como senadores, Tancredo Neves e Magalhães Pinto, surgia o Partido Popular (PP), de efêmera duração. Em 1980, foram restabelecidas as eleições diretas para os governos estaduais, e a totalidade do Senado voltaria a ser eleita pelo voto direto. Em 1983, a despeito da extraordinária manifestação das ruas, a Emenda Dante de Oliveira, propondo as eleições presidenciais diretas, não obteve o número de votos suficientes para ser aprovada.

Arquivo da Câmara dos Deputados



Deputado Dante de Oliveira, que apresentou emenda propondo as eleições presidenciais diretas.

Veja, n. 448, p. 20-21, abr. 1977.

Veja, n. 450, p. 20-21, abr. 1977.





Geisel na televisão: não é para punir os congressistas

# OS RISCOS DO RECESSO

Ao anunciar, pela televisão, o recesso do Congresso Nacional, na noite da última sexta-feira, o presidente Ernesto Geisel talvez não tenha sido das últimas esperanças de que durante seu mandato pudessem acontecer uma vigorosa corrida de instituições políticas para a democracia plena — sob o acentado no início de seu governo, sob o inspirado rito de distensão, e cada vez menos cético no mundo político, desde quando preocupações econômicas começaram a sobrepor às preocupações eminentemente institucionais. No fim da semana, com o Congresso fechado e a deci-

que o presidente pudesse concretizar a reforma do Judiciário, tecnicamente impedida na Câmara dos Deputados pelo terço de representantes ali evadidos pela oposição. Mas com ela serão decretadas outras reformas políticas que vão assegurar, para a Arena, vitórias em todos os níveis da disputa pela preferência do eleitorado. "Um ato desses, por menor que a gente admita, não deixa de ser um retrocesso", reconheceu, à porta do Superior Tribunal Militar, onde participava da cerimônia de entrega das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário Militar, o procurador geral da República Henrique Fonseca de Araújo.

"Usarei esses poderes muito tranquilamente", disse o presidente ao sair do Palácio — e, com seus argumentos, não durará muito mais de dez dias, quando sabe quinze. Geisel não lançou, portanto, as não poucos críticos ao Brasil e as suas lideranças, igualmente não pôs elogios à Arena, que no momento necessário compareceu disciplinadamente para votar os textos que lhe eram favoráveis, embora com votos majoritários incluídos na Constituição. E, em favor das boas intenções a da reforma presidencial, também não foram lançados dezesseis projetos de emenda de mandatos de parlamentares oposicionistas, que Geisel, presidente, cuidou de repelir.

Gracias a isso, ganhou alento a expectativa de que pelo simples espírito de rejeição da reforma do Judiciário nenhuma punição desse tipo aconte-

O vasto saguão da Câmara em recesso

se estiveram ausentes dos cuidados com que Geisel pediu os passos que seriam dados para vencer a resistência embebedada no Congresso. No final da tarde do quarta-feira, ao receber as lideranças que lhe levaram o resultado fielmente, uma condenação geral aos textos que o levariam a decretar o recesso parlamentar e fez com que o chefe de Gabinete, Celso, general Golbery do Couto e Silva, lesse, em inglês, uma carta recebida do presidente americano Jimmy Carter.

Devidamente instruídos, os chefes de gabinete absteram-se de fazer revelações sobre o conteúdo desse documento, que o próprio governo americano preferiu manter reservado, segundo informações posteriores do Hamarary. Naturalmente, Carter escreveu antes do desfecho do drama da reforma do Judiciário e é muito provável que o tenha feito assumindo as mesmas esperanças de melhoria nas relações Brasil-Estados Unidos que o correspondente de VEJA em-



Camargo diante dos gravadores: o governo não está encucalado

cio Lafayette de Andrada saboreava o seu chá com bolachas de todas as variedades, na companhia do assessor Alberto Pereira da Cunha.

**Primeiro passo** — Foi um dia de definições, a última quinta-feira, e também de alguns embargos. No Palácio do Planalto, encerradas suas duas semanas de trabalho legislativo, o presidente Ernesto Geisel cancelou todos os compromissos marcados para a tarde, e também os do dia seguinte. Na sexta-feira ele permanecerá no Palácio da Alvorada, onde descansou do estorço feito e se dedicou a preparar o discurso a ser pronunciado nesta segunda-feira, em São Paulo, na abertura de um seminário sobre comércio exterior.

Antes de se retirar do Palácio do Planalto, no entanto, Geisel recebeu o telegrama que do outro lado da Praça dos Três Poderes lhe foi endereçado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Thompson Flores, congratulando-se pela expedição da emenda constitucional número 7, por ele sutilmente apresentada como mero "primeiro passo para a almejada reforma do Poder Judiciário". O STF, autor do diagnóstico das mazelas do Judiciário que orientou a feitura do projeto de reforma, pelo Executivo, declarava-se assim insatisfeito, e Flores acrescentaria um comentário conclusivo em seu telegrama: "Conto que a ela se hão de seguir a Lei Orgânica da Magistratura e a legislação pertinente, no sentido de sua real implantação, proporcionando, só assim, novos e modernos métodos, pronta e eficaz distribuição da justiça, ansio de todos os brasileiros". De São Paulo, o Centro Acadêmico XI de Agosto, dos alunos da Faculdade de Direito da USP, preferiu dirigir manifesto diretamente "ao povo brasileiro", para "protestar do modo mais veemente contra mais esse abuso".

No Rio de Janeiro, o flemático novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, mostrou-se decepcionado "na forma e no conteúdo", porque a reforma "não é a que o povo brasileiro reclama". Do outro lado do mundo, finalmente, em Canberra, na Austrália, o deputado Celso Borja ocupou durante toda a semana seu lugar de diretor do Conselho da União Interparlamentar, sempre à espera de uma notícia sobre a reabertura do Legislativo, no Brasil. Borja viajou munido de algumas garantias de que o recesso não iria além da segunda-feira, dia de abertura do Conselho da União, e certamente não se sentiu confortável entre seus companheiros de diretoria — afinal, a Interparlamentar não permite a presença de delegados de países cujos parlamentos não estejam em pleno funcionamento.

No Palácio do Planalto, o assessor de Imprensa, coronel José Maria de Toledo Camargo, também teve um dia cheio. Camargo desdobrou-se em seguidos encontros com os jornalistas, nem sempre bem-humorados, durante os quais, além de garantir que o governo não sentia necessidade de oferecer explicações ou esclarecimentos sobre os atos baixados, comentou, provocado por uma pergunta, a situação de Borja: "O governo brasileiro não está encucalado nem preocupado com a opinião internacional, em Canberra ou em lugar nenhum".

**Vitória arenista** — As explicações, se fossem julgadas necessárias, deveriam referir-se às duas emendas constitucionais e aos oito decretos-leis baixados pelo presidente da República, com base nos poderes legislativos que lhe confere o AI-5, durante o recesso do Parlamento, por ele próprio decretado, na sexta-feira retrasada, também com base no AI-5. Eles tratam de temas complexos e diversificados, desde a duração do man-



Geisel na Vila Militar: festejando a Revolução

A imprensa nacional acompanhou a decretação do recesso compulsório do Congresso Nacional, analisou os motivos e as consequências de tal decisão.



### A transição democrática

Da mesma forma que marcara a inflexão do regime militar, com a inesperada vitória oposicionista nas eleições de 1974, dez anos depois, o Senado dá o tom do encaminhamento final do regime de exceção. Em meio ao aprofundamento da divisão entre as forças situacionistas, com a vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS que indicou o candidato oficial à sucessão presidencial indireta, as principais lideranças oposicionistas buscavam ampliar apoios para a vitória no Colégio Eleitoral.

Surgia a Frente Liberal, com dissidentes do PDS. Dela vem o nome do senador José Sarney para ser o candidato a Vice-Presidente do indicado pelo PMDB, o ex-deputado e ex-senador Tancredo Neves. A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney eram eleitos. As imagens do Congresso Nacional, bem como do ocorrido pelo País afora, atestam o verdadeiro significado do acontecimento: uma eleição indireta com todos os ingredientes de uma eleição decidida pelo voto popular.

Em razão da enfermidade do titular, Tancredo Neves, que morreria a 21 de abril, quem toma posse e cumpre integralmente o mandato é o Vice José Sarney. Uma série de decisões tomadas naquele ano de 1985 aponta para a rápida conclusão do longo processo de abertura, recolocando o País nos trilhos da normalidade democrática.

Em sequência, vieram importantes decisões. Em maio, emenda constitucional fazia retornar a eleição presidencial direta, instituía a representação política no Distrito Federal e admitia o direito de voto aos analfabetos. Em junho, lei aprovada pelo Congresso

Nacional regulamentava o alistamento eleitoral e o acesso ao voto dos analfabetos. Em outubro, eram editadas as normas relativas à organização política no Distrito Federal. Nas eleições para o Congresso Nacional, que também exerceria as funções de Assembleia Constituinte, foi ampla a vitória do PMDB, fato que se repetiria, em 1986, com a eleição de 22 governadores filiados ao partido.

Instalados em 1º de fevereiro de 1987, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte estenderam-se até 05 de outubro de 1988, quando foi promulgada a “Constituição Cidadã”, na definição de Ulysses Guimarães. Nas primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960, realizadas em 1989, o vitorioso foi Fernando Collor de Melo. Após processo de investigação conduzido pelo Congresso Nacional, o Presidente foi afastado do cargo em 1992, assumindo a Presidência da República seu Vice, o ex-senador Itamar Franco, que concluiu o mandato.

Na nova experiência democrática brasileira, o Congresso Nacional aprovou todos os planos de estabilização econômica apresentados pelo Executivo. Além de ter criado e conduzido diversas Comissões Parlamentares de Inquérito, legislou sobre temas relevantes, entre os quais podem ser citados o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Mecenato Cultural (1991), as cotas para a representação política das mulheres (1995), as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Responsabilidade Fiscal (2000), o novo Código Civil (2002), o Estatuto do Idoso (2003), a Reforma do Judiciário (2004) e o combate à violência contra a mulher – Lei Maria da Penha (2006).

Tancredo Neves,  
eleito Presidente da República, faleceu antes de tomar posse.

José Sarney,  
eleito Vice-Presidente da República, tomou posse após  
o falecimento de Tancredo Neves.





Sessão Solene de Instalação da Assembleia Nacional  
Constituinte em 1º fev. 1987.

Arquivo da Câmara dos Deputados

Acervo Radiobras



Participação popular no dia da eleição de Tancredo Neves – 15 jan. 1985

